

PROCESSO	- A.I. Nº 02884486/97
RECORRENTE	- FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO	- ROSILENA ELETRODOMÉSTICOS LTDA.
RECURSO	- RECURSO DE OFÍCIO - Acórdão 4ª JJF nº 0994/01
ORIGEM	- INFAZ SERRINHA
INTERNET	- 20.08.02

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0279-12/02

EMENTA: ICMS. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUES. SAÍDAS E ENTRADAS DE MERCADORIAS SEM OS DEVIDOS REGISTROS FISCAIS E CONTÁBEIS. **a)** EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Constatando-se, num mesmo exercício, diferenças tanto de saídas como de entradas através de levantamento quantitativo, deve ser exigido o imposto, tomando-se por base a diferença de maior expressão monetária. **b)** MULTA. Extinta a exigência em face da adaptação à Portaria nº 445/98. Redução dos valores, por refazimento dos cálculos. Acertada a decisão de 1ª Instância. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata o presente processo de Recurso de Ofício, interposto pela Junta de Julgamento Fiscal, submetendo à apreciação da 2ª Instância, decisão proferida no Auto de Infração acima epigrafado, na forma do art. 169, I, “a” do RPAF/99 e art. 145 do COTEB (Lei n.º 3.956/81) com a redação da Lei n.º 7.438/99, e ainda consoante dispõe o art. 17 § 1º do Decreto n.º 6.463/97 que aprovou o Regulamento das Juntas de Julgamento Fiscal.

O Auto de Infração em lide reclama o pagamento de ICMS no valor de R\$32.330,41 mais multa de 70%, sobre o valor de omissões de saídas de mercadorias tributáveis, apurada em levantamento quantitativo do estoque, no exercício de 1993 a 1996 e de multas no valor de R\$1.686,80 sobre o valor de mercadorias que ingressaram no estabelecimento, sem registro na escrita fiscal, apurada em levantamento quantitativo de estoques, nos exercícios de 1993, 1995 e 1996.

O autuado em sua defesa (fl. 139) anexou vários demonstrativos nos quais apontou falhas nos levantamentos, vindo a pedir o julgamento pela procedência parcial, de acordo com os novos valores que apurou. Junta cópias de documentos, coloca à disposição do fisco os documentos necessários às averiguações e pede o arquivamento do processo.

Ao prestar informação fiscal (fl. 519), o autuante alega que documentos apresentados na defesa não lhe foram apresentados quando da fiscalização e sugere o atendimento ao pedido de revisão por fiscal estranho ao feito.

O diligente designado pelo DICO, atendendo solicitação da PROFAZ (fl. 521), refaz os levantamentos (fl. 522), concluindo por novos valores, ou seja:

Valor total do imposto devido sobre omissão de saídas R\$4.763,39.

Valor total das multas devidas sobre omissão de entradas R\$43,99.

O autuado se manifesta a respeito do resultado da diligência (fl. 542), novamente juntando várias cópias de documentos e elaborando demonstrativos para contestar os levantamentos realizados pelo diligente. Reconhece devido o imposto no valor de R\$307,07 e de multa no valor de R\$22,64 e pede parcelamento, com benefício da Lei nº 7.504/99, desse valor.

O Relator, atendendo decisão da JJF (fl. 756) solicita que fiscal estranho ao feito coteje os demonstrativos apresentados ao autuado com os elaborados pelo diligente e, à vista dos documentos do autuado, dirima as dúvidas levantadas, elaborando se for o caso, novos demonstrativos.

Diligente designado verifica os documentos, esclarecendo o único equívoco cometido pelo autuado, relativamente ao exercício de 1996, ajustando os valores, conforme demonstrativos, apurando como devido:

Exercício de 1994- omissão de saídas- R\$874,24 ICMS R\$148,62;
Exercício de 1995- omissão de entradas R\$400,00 ICMS R\$ 68,00;
Exercício de 1996- omissão de saídas- R\$932,00 ICMS R\$158,44;

O autuado contesta o resultado da nova diligência apenas em relação às saídas do item “ventilador”, no exercício de 1996 e quanto à alíquota de 17% lançada pelo revisor sobre a diferença de um vídeo cassete, relativamente à multa aplicada no exercício de 1995, pois entende que deva ser de 5%. Alega que o débito reconhecido já foi pago, e que o erro cometido pelo autuante, se repete na diligência, indicando estar demonstrado à fl. 75 do PAF.

O Auto de Infração foi julgado Parcialmente Procedente, tendo o relator da 4ª JJF apresentado os seguintes fundamentos:

“Da análise das peças processuais verifico que os diversos levantamentos feitos, apresentaram resultados divergentes.

O demonstrativo elaborado pelo autuante deve ser desconsiderado pois comprovado pela primeira diligência que continha erros de contagem. Sobre o mesmo o autuante nem se manifestou, solicitando o acatamento do pedido de diligência formulado pelo autuado.

O resultado a que chegou a primeira diligência também não deve ser considerado. Primeiro porque demonstrados equívocos pelo autuado, quando se manifestou sobre o mesmo. Segundo porque nova diligência realizada comprovou que os números apresentados pelo autuado estão mais próximos da realidade.

Vou acatar o débito apurado pelo autuado e que foi objeto de reconhecimento pelo mesmo, pois quase que totalmente ratificado pelo segundo diligente adaptando-o, todavia, às determinações da Portaria nº 445/98 a saber:

Comprovação de saídas de mercadorias sem emissão de notas fiscais:

Exercício de 1994 – R\$874,24 – ICMS 17% - R\$ 148,63;

Exercício de 1996 – R\$932,00 – ICMS 17% - R\$ 158,44;

Comprovação de saídas anteriores caracterizada pela constatação de aquisições sem documentos fiscais. Desde já rechaço o argumento defensivo de que para tal caso deva ser aplicada a multa por falta de escrituração dos documentos visto que primeiro, não comprovada a existência dos mesmos e, segundo, pois legalmente prevista na legislação a presunção de omissão de saídas, quando da apuração do fato.

Meu voto é pela procedência parcial da autuação, no valor e R\$384,04”.

O julgamento resultou em deliberação unânime da 4ª JJF, concordando os membros do colegiado com o relator pela procedência parcial do Auto de Infração.

VOTO

Neste processo a matéria é eminentemente fática, pois envolveu sucessivas contagens do estoque do contribuinte através de diligências fiscais. Chama a atenção o fato de que as reiteradas intervenções apresentaram resultados divergentes. Cotejando os levantamentos produzidos nos autos, o julgador da 1ª Instância acata o débito apurado pelo autuado que foi quase totalmente ratificado na segunda diligência. Cumpre observar que as partes foram intimadas dessa Decisão e não manifestaram oposição aos valores apurados. Dessa forma, entendo que a deliberação da Junta de Julgamento não merece reparos. Voto, portanto, pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Ofício.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício apresentado e homologar a Decisão Recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **02884486/97**, lavrado contra **ROSILENA ELETRODOMÉSTICOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$384,04**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 70%, prevista no artigo 61, inciso IV, "a" da Lei nº 4.825/89, e dos acréscimos moratórios, homologando-se os valores efetivamente recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 29 de Julho de 2002.

JOSÉ CARLOS BOULHOSA BAQUEIRO - PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

TOLSTOI SEARA NOLASCO - RELATOR

MARIA HELENA CRUZ BULÇÃO - REPR. DA PROFUZ